

HABEAS CORPUS Nº 502.412 - SP (2019/0094938-5)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : MARCUS VINICIUS SANTOS QUESADA DUARTE
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCUS VINICIUS SANTOS QUESADA DUARTE (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de MARCUS VINICIUS SANTOS QUESADA DUARTE, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferido no julgamento do HC n. 0007719-72.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o paciente foi condenado pela prática dos crimes previstos no Art. 33, *caput*, art. 35, *caput*, c.c art. 40, V, todos da Lei 11.343/2006, à pena fixada em 12 (doze) anos, 07 (sete) meses e 02 (dois) dias de reclusão, inicialmente no regime fechado, e 1802 (um mil oitocentos e dois) dias-multa (tráfico de drogas e associação para o tráfico), tendo sido negado o direito de apelar em liberdade.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem em acórdão assim ementado (fl. 60):

Habeas Corpus. Tráfico. Condenação. Tráfico de drogas. Art. 33, caput, art. 35, caput, c.c art. 40, V, todos da Lei 11.343/2006. Pedido de reforma da sentença condenatória. Modificação de regime inicial de cumprimento de pena. Questão a ser analisada em recurso próprio a teor do art. 593, I, do CPP. Sentença que levou em consideração questões elementares para o decreto de recolhimento do paciente ao cárcere. A exigência da prisão provisória para apelar não ofende a garantia constitucional da presunção de inocência. Incidência da Súmula 9ª do STJ. Indeferimento in limine da impetração nos termos do art. 663 do CPP e art. 248 do RITJSP.

No presente *mandamus*, requer o impetrante a nomeação de Defensor Público para atuar em seu benefício e sustenta o impetrante que ausentes os requisitos para a manutenção da custódia, buscando a concessão do direito de apelar em liberdade, com ou sem a aplicação de medidas cautelares substitutivas à prisão.

Brevemente relatado, decido.

Diante do novel posicionamento jurisprudencial do STF e desta Corte onde não deve ser conhecido o *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, tenho por prudente determinar o processamento do feito somente para verificação da existência de eventual constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem de ofício.

Em uma análise preliminar dos autos, não vislumbro a presença conjunta do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, requisitos necessários para a concessão da medida liminar.

Ademais, a matéria ora ventilada implica o exame da idoneidade e razoabilidade dos fundamentos adotados pelas instâncias ordinárias, providência inviável em análise inicial dos autos. Por se tratar de antecipação meritória, a alegação deve ser analisada pelo douto Colegiado, no momento oportuno e após manifestação do Ministério Público Federal.

Diante do exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau.

Após chegada das informações, dê-se vista dos autos à Defensoria Pública para manifestação.

Por fim, encaminhe-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator